

portuguesa, por naturalização a Ying Xu, natural de Beijing, República Popular da China, de nacionalidade chinesa, nascida a 25 de Agosto de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Novembro de 2007 — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### **Aviso n.º 24381/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Tita do Nascimento Gomes Fortes, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 6 de Fevereiro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### **Aviso n.º 24382/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Wilson Tatu Gomes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 22/10/1981, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### **Aviso n.º 24383/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Antonieta da Glória Ceita Daio, natural de Água Grande, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade são-tomense, nascida a 21 de Janeiro de 1978, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### **Aviso n.º 24384/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adulai Djaló, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 12 de Agosto de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

### **Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça**

#### **Despacho (extracto) n.º 27958/2007**

Por despacho de 15 de Novembro do Inspector-Geral dos Serviços de Justiça:

Alexandra Isabel Pinto Aguiar Ferreira Vicente, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativa especialista do mesmo quadro, ficando exo-

nerada da antiga categoria a partir da data de aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Elda Maria Correia Guerreira Moraes*.

## **MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**

#### **Despacho n.º 27959/2007**

Nomeação, em regime de substituição, no cargo de Directora de Serviços de Ordenamento do Território, de Maria de Fátima Guedes de Andrade de Oliveira Bacharel.

Com a publicação da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e fixadas as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, e com vista a assegurar o normal funcionamento dos serviços, importa nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007, a Mestre Maria de Fátima Guedes de Andrade de Oliveira Bacharel, para exercer o cargo de directora de serviços de Ordenamento do Território, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotada de competência técnica e aptidão para o exercício do cargo, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

A Arquitecta Maria de Fátima Guedes de Andrade de Oliveira Bacharel cessa as funções que vinha desempenhando, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento e Estratégia Territorial, a partir da data de produção de efeitos do presente despacho.

5 de Novembro de 2007 — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

#### **Curriculum resumido**

##### **Maria de Fátima Guedes de Andrade de Oliveira Bacharel**

Licenciada em Arquitectura Paisagista (Universidade de Évora, 1987)

Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (Universidade Nova de Lisboa, 1998)

Formação complementar em Avaliação de Impacte Ambiental (Instituto Agronómico Mediterraneo de Zaragoza, 1990) e em Sistemas de Informação Geográfica (Centro Nacional de Informação Geográfica, 1991 e 1992).

Categoria — assessor principal (desde 21.07.1999)

Experiência Profissional

1984/1987, 1987/1990 e 1990/1993, respectivamente — Técnica superior estagiária da Direcção-Geral do Ordenamento — Delegação do Alentejo, Técnica Superior da Direcção Regional de Ambiente Recursos Naturais e da Direcção Regional de Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Em funções de dirigente há 14 anos:

De 21.07.1993 a 17.04.2001 — Chefe de Divisão de Estudos e Ordenamento da Direcção Regional do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

De 18.04.2001 a 30.04.2007 — Chefe de Divisão de Ordenamento do Território da Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território do Alentejo, cujas competências foram desde Maio de 2003 (DL 97/2003 de 7 de Maio) atribuídas à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, onde continuou esta função.

Desde 01.05.2007 — Chefe de Divisão de Ordenamento e Estratégia Territorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo com as novas competências atribuídas, decorrentes do Decreto-Lei 207/06 de 27 de Outubro (Lei Orgânica do MAOTDR) e da Portaria n.º 528/07, de 30 de Abril, que determina a respectiva organização interna, adicionando designadamente o domínio da conservação da natureza.

Principais representações institucionais, estudos e publicações:

O Ordenamento como Base para o desenvolvimento da Zona Crítica Alentejana — Ordenamento Paisagístico da Unidade Litoral — Trabalho de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitectura Paisagista e um dos Estudos de Base para a classificação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Coordenação Técnica dos Estudos de Base para a classificação do Parque Natural da Serra de São Mamede.

1990 e 1991 — Formadora, a convite da Junta da Extremadura, do curso de Gestion Y Tecnologias de las Producciones del Corcho — Módulo de Ordenación del Territorio — IPROCOR — Espanha.

De 1992 a 1993 participou nas reuniões da Rede EUROMAB da UNESCO “Land Use Changes and their Environmental Impact in Rural Areas in Europe” sendo Co-autora da publicação final “Land Use Changes and Regional Policy in Alentejo — Portugal” (1995).

Em 1998 apresentou a Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental “O Impacte das Políticas Comunitárias no Alentejo no âmbito do Ordenamento do Território — A nova realidade do Mundo Rural”.

Representação da CCDRALentejo na Comissão Regional da Reserva Agrícola do Alentejo (nomeada desde 1990), na Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, nos Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Sado e Guadiana, nos Planos Regionais de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e da Região Centro e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo e Alentejo Central. Presidiu a diversas comissões técnicas para a elaboração, alteração ou revisão de Planos Municipais ou Especiais de Ordenamento do Território.

Integrou júris de concursos para adjudicação de estudos e recrutamento de pessoal e orientação de estágios académicos ou profissionais sobre temáticas relacionadas com Ordenamento do Território, sendo co-autora da orientação científica do trabalho publicado “Alentejo — Contributo para Directrizes Regionais de Ordenamento do Território” (2007).

Responsável pela preparação e apresentação dos processos de delimitação e desactivação, no âmbito dos respectivos Instrumentos de Gestão Territorial, na Comissão Nacional da Reserva Ecológica desde Maio de 2007.

Acompanhamento de vários Projectos Especiais como a Rede de Alta Velocidade Lisboa/Madrid, a Plataforma Logística de Elvas e inerente planeamento da área de transição Elvas/Caia/Badajoz, a localização de investimentos estratégicos na área portuária e industrial de Sines e iniciativas de dimensão relevante na região do ponto de vista do ordenamento do território (turísticas, industriais, energéticas).

Representação da CCRALentejo em numerosas Conferências no País e no estrangeiro, de diversificada temática com apresentação de comunicações, destacando-se entre as mais recentes “Sustainable Development Policies for Minor Deprived Urban Communities in Alentejo Region” para o Programa COST C27 da European Science Foundation; “Regional Policies for Low Density Areas in Alentejo” e “Tourism sector Perspectives to Alqueva lake surroundings in the scope of the regional strategic instruments” no âmbito do Exame Territorial de Nível Nacional da OCDE (2007); “Políticas de Arquitectura e da Paisagem” na Ordem dos Arquitectos Portugueses.

Membro dos Grupos de Trabalho Nacionais “Base de Dados de Ordenamento do Território”, “Análise Crítica dos PDM” com vista à regulamentação da lei de Bases de Ordenamento do Território e Regulamentação da Reserva Ecológica Nacional.

Coordenação do acompanhamento do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármorez (PROZOM).

Participação na preparação do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Alentejo como contributo para o PNDES e no Plano de Desenvolvimento Regional — 2000/2006, na estratégia Alentejo 2015 e Grupo de Trabalho do QRE 2007/2013.

De 2003 a 2006 participou no Projecto INTERREG III B “Integrated Coastal Zone Management: Towards An Atlantic Vision” Envolvendo Os 5 Países do Arco Atlântico, como responsável pela Acção Urban and Rural Interdependencies integrando a Equipa de Especialistas do Relatório Final, publicado em Fevereiro de 2007.

Participação na equipa técnica do PROT Alentejo e na Comissão Executiva, responsável pelo trabalho referente à definição e regulamentação das respectivas Normas Orientadoras das Unidades Territoriais, em articulação com os restantes domínios temáticos.

nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Directora de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, a licenciada Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Da fundamentação aduzida pelo júri releva o conjunto de experiências profissionais vividas na área dos recursos humanos e momentos de formação de base e complementar reveladoras de muito boa preparação e de um perfil de competências muito adequado para o exercício, bem sucedido, da função de Director de Serviços de Recursos Humanos. Foi ainda evidenciado um muito bom sentido crítico, consubstanciado pela sua capacidade de reflexão e análise crítica dos temas apresentados e relacionados com as áreas temáticas do cargo. O júri concluiu ainda haver níveis muito elevados de motivo de realização, o que permite antever uma forte preocupação com a concretização das actividades em que se envolve, não apenas pela energia colocada na sua consecução, como também pela capacidade de gerir os recursos adequados à finalização das mesmas.

Ao nível profissional, revelou possuir um conjunto significativo de conhecimentos e de experiências relevantes para o exercício da função em causa, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

7 de Novembro de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

### Nota curricular

Nome: Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos

Data de nascimento: 13 de Julho de 1973

Categoria e carreira: técnica superior principal da carreira técnica superior

Formação académica

Em 1998 — pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Em 1997 — pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito de Lisboa;

Em 1996 — Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Evolução profissional

Desde 1 de Julho de 2007: nomeada directora de serviços de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, em regime de substituição, pelo Despacho n.º 16 984/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, do 2 Agosto;

Entre Março de 2005 e Julho de 2007: técnica superior da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) afecta ao Departamento de Regimes Jurídicos de Emprego;

Entre Agosto de 2004 e Março de 2005: adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XVI Governo Constitucional;

Entre Fevereiro de 2000 e Julho de 2004: técnica superior da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) afecta ao Departamento de Recrutamento e Selecção de Pessoal.

Experiência profissional relevante

Coordenação e acompanhamento da actividade da Direcção de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Inovação desde Julho de 2007.

Integra o grupo de trabalho do Ministério da Economia e Inovação para a revisão do regime de vínculos, carreiras e remunerações.

Na DGAEP, integrou o grupo de trabalho constituído com o objectivo de proceder à análise e acompanhamento do projecto de diploma sobre o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações, e acompanhou diversos processos de negociação colectiva, visando a celebração de acordos de pessoa colectiva pública.

Entre Abril de 2006 e Março de 2007 integrou o grupo de trabalho de apoio ao PRACE, constituído com o objectivo de proceder à análise dos projectos de leis orgânicas dos Ministérios e dos diversos serviços e organismos da administração central do Estado.

Integrou o grupo de trabalho que, no âmbito da DGAEP, acompanhou as questões emergentes do Regime do Contrato Individual de Trabalho da Administração Pública e, entre Julho de 2004 e Julho de 2005 coordenou o Grupo de Trabalho para o acompanhamento das questões emergentes do novo estatuto do pessoal dirigente.

Enquanto técnica da DGAEP elaborou pareceres jurídicos sobre as mais variadas matérias no âmbito do regime jurídico de emprego público, contrato individual de trabalho e organização de serviços.

É formadora certificada pelo IEFP, IP, nas áreas de recrutamento e selecção de pessoal, carreiras e concursos, estatuto do pessoal dirigente e contrato individual de trabalho.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 27960/2007

De acordo com a fundamentação aduzida na proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, do quadro de cargos de direcção, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,